



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO
DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR 2024

ÁREA: DIREITO

INSTRUÇÕES

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, no local indicado abaixo:

Nome: _____ Inscrição: _____

2. A duração da prova é de 3 (três) horas para responder a Prova Objetiva e a Redação, que deverá ter entre 15 (quinze) e 30 (trinta) linhas.
3. A Prova Objetiva será composta de 20 questões, sendo 10 questões de Língua Portuguesa e 10 questões de Conhecimentos Específicos.
4. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este caderno com atenção, pois nenhuma reclamação sobre falhas de impressão ou questões faltantes serão aceitas após o início da prova.
5. A correta utilização do Cartão Resposta e da Folha de Redação é de inteira responsabilidade do candidato. Não serão fornecidos Cartão Resposta e/ou Folha de Redação substituto(s) ao candidato.
6. Ao preencher o Cartão Resposta, cada questão está representada pelo seu respectivo número. Utilize apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, em toda a área correspondente à alternativa de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Não serão computadas questões não respondidas (falta de marcação no Cartão Resposta), nem questões que contenham mais de uma resposta marcada, rasura ou emenda, ainda que legível.
8. Durante a prova, não será admitido nenhum tipo de consulta ou comunicação entre candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer equipamento (celular, calculadora, relógio, rádio).
9. Caso o candidato utilize-se de qualquer meio fraudulento durante a execução da prova, a critério da Comissão de Concurso, será eliminado do certame.
10. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao Fiscal de Sala o Caderno de Questões, o Cartão Resposta e a Folha de Redação.
11. Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões, desde que nos últimos 30 (trinta) minutos finais, antes do término da prova.
12. O candidato que se retirar do local de prova não poderá retornar em hipótese alguma.

LÍNGUA PORTUGUESA

1) Assinale a alternativa que apresenta a concordância verbal e nominal corretas de acordo com as normas da língua portuguesa, respectivamente:

O professor, juntamente com seus alunos, _____ para a exposição sobre a temática _____ da educação.

- (A) partiu, polêmica.
- (B) partiram, polêmicas.
- (C) partiram, polêmica.
- (D) partiu, polêmicos.

2) Analise a seguinte frase e responda corretamente:
"Marcela comprou um livro para a prova".

O termo destacado na frase classifica-se como:

- (A) objeto indireto.
- (B) predicativo do sujeito.
- (C) objeto direto.
- (D) complemento nominal.

3) Marque a alternativa que apresenta a correta acentuação gráfica, de acordo com as normas da língua portuguesa:

- (A) heróico, paranoico, jiboia, apoio.
- (B) heroico, paranóico, jibóia, apoio.
- (C) heroico, paranoico, jiboia, apoio.
- (D) heróico, paranóico, jibóia, apoio.

4) Assinale a alternativa que apresenta o uso correto de preposições nas seguintes frases:

- I. Ele é habilidoso ____ matemática.
- II. Estou ansioso ____ resultado da prova.
- III. Ela está comprometida ____ o sucesso do projeto.
- IV. Esse livro é diferente ____ outros que já li.

- (A) em, para, com, de.
- (B) em, pelo, com, de.
- (C) em, pelo, para, dos.
- (D) em, pelo, para, de.

5) Assinale a alternativa que apresenta a correta regência verbal e nominal:

- I. Ele confia ____ sua equipe.
- II. Ela desistiu ____ participar da reunião.
- III. Estamos ansiosos ____ resultado.

IV. O diretor atendeu ____ alunos.

- (A) em, de, pelo, os.
- (B) na, de, por, aos.
- (C) em, em, com, os.
- (D) na, em, para, aos.

6) Assinale a alternativa que apresenta a pontuação correta:

- (A) O estagiário, fez a petição.
- (B) A Procuradoria-Geral, é uma instituição pública.
- (C) O prazo foi devidamente cumprido pela Procuradoria Geral do Estado.
- (D) A estagiária ouve, músicas: clássicas, sertanejas, e pop.

7) Assinale a alternativa que apresenta a pontuação correta:

- (A) O juiz lavrou a sentença, sem cometer erros gramaticais.
- (B) Os jogadores brasileiros estão, habilidosos.
- (C) Os cantores são, afinados.
- (D) A chuva no Pará não está, leve neste mês.

8) Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam a ortografia correta:

- (A) A mecha do cabelo era esteticamente bela.
- (B) A caixa processual do sistema enxeu rapidamente hoje.
- (C) A jeringonça não resolveu o problema crônico do sistema utilizado no estágio.
- (D) O trage do magistrado mostrava-se escorreito.

9) Assinale a alternativa que apresenta a correta acentuação gráfica, de acordo com as normas da língua portuguesa:

- (A) O profissional sem caráter não se adéqua ao serviço público.
- (B) A Secretaria de Cultura do Estado administra um Museu em que há fossil de dinossauro.
- (C) Há milhões de janelas neurais no cortex cerebral dos seres humanos.
- (D) O tórax do periciado estava bastante machucado.

10) Assinale a alternativa que apresenta o uso correto da concordância nominal:

- (A) É proibido a entrada de pessoas não autorizadas na Procuradoria.
- (B) Fazem cinco meses que o sistema da Procuradoria melhorou.
- (C) O Procurador e o estagiário precisaram fazer muitas horas extras.
- (D) Há bastante estagiários na Procuradoria-Geral do Estado.

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS
DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2024

DIREITO

11) Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e o disposto na Lei Estadual nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As decisões nos processos administrativos não necessitam de motivação, ainda que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.
- (B) Nos processos administrativos são assegurados aos interessados o contraditório e a ampla defesa.
- (C) Nos processos administrativos é dispensada a intimação do interessado para ciência de decisão ou efetivação de diligências.
- (D) Não há previsão legal acerca da interposição de recurso contra decisões administrativas.

12) Acerca dos servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A investidura em cargo público efetivo não depende de aprovação prévia em concurso público.
- (B) A Constituição da República Federativa do Brasil veda a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (C) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (D) O prazo de validade do concurso público será de até cinco anos, improrrogáveis.

13) Acerca da responsabilidade civil da Administração Pública, julgue os itens a seguir:

- I. As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem por danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- II. Os procedimentos de reparação de danos causados a terceiro e previstos na Lei Estadual nº 8.972/2020 (Lei Estadual de Processo Administrativo) são de competência da Procuradoria-Geral do Estado.
- III. Somente são passíveis de indenização os prejuízos a terceiros decorrentes de omissões do agente público.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Todos os itens estão incorretos.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Todos os itens estão corretos.

14) Acerca do julgamento da causa e o que prevê o Código de Processo Civil de 2015 sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) Haverá julgamento do mérito quando o juiz homologar a desistência da ação.
- (B) Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor, quando inerte por mais de 30 (trinta) dias, independe de requerimento do réu, devendo ser reconhecida de ofício pelo juiz, levando em consideração a aplicação do princípio da cooperação.
- (C) Uma vez instruída a causa e saneado o processo, não mais será possível apresentar desistência.
- (D) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

15) Analise as seguintes proposições, de acordo com o vigente CPC:

- I. São elementos essenciais da sentença os fundamentos e o dispositivo.
- II. Não se considera fundamentada a decisão judicial que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- III. O juiz resolverá o mérito quando acolher ou rejeitar, integralmente, os pedidos formulados pelas partes.
- IV. A decisão deve ser certa, salvo em se tratando de relação jurídica condicional.

Assinale a alternativa que apenas contém a proposição(proposições) correta(s):

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) IV.

16) Com relação aos recursos no CPC em vigor no Brasil, é correto afirmar:

- (A) A interposição de recurso impede a eficácia da decisão judicial.
- (B) O prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.
- (C) A renúncia ao direito de recorrer demanda a aceitação da outra parte.
- (D) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

17) Com relação às tutelas provisórias no atual CPC de 2015, assinale a alternativa correta:

- (A) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2024

(B) A tutela de urgência pode ser concedida somente após justificação prévia.

(C) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

(D) Se o juiz acolher argumentação de decadência do direito, não será necessário que o beneficiário da tutela de urgência arque com eventuais prejuízos causados, uma vez que vige o princípio da eventualidade.

18) Acerca dos Princípios Fundamentais, pode-se afirmar que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(B) Assegurar igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

(C) Garantir a independência nacional, respeitando os direitos humanos, a fim de promover a igualdade entre os Estados na defesa da paz e solução pacífica dos conflitos.

(D) Assegurar que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal e garantir aos litigantes e aos acusados em geral o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

19) Sobre a Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:

(A) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(B) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

(C) As funções de confiança, exercidas por particulares nomeados, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(D) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

20) A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a opção correta:

(A) Os direitos e garantias fundamentais estão taxativamente enumerados no art. 5º da Constituição de 1988.

(B) A característica da imprescritibilidade estabelece que os direitos fundamentais são garantidos a qualquer pessoa.

(C) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

(D) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, ressalvado nos meios digitais.

REDAÇÃO

Instruções:

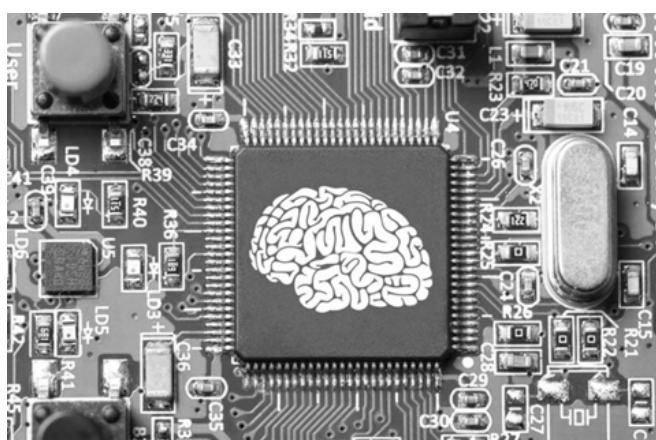
1. A redação deverá conter entre 15 (quinze) e 30 (trinta) linhas.

2. Considerando as informações abaixo e com base nos seus conhecimentos, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

“O uso da Inteligência Artificial (IA) na Justiça brasileira”

3. Na redação, além do domínio sobre o tema, será avaliada a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da língua portuguesa.

“Todos os aspectos de nossas vidas serão transformados. A inteligência artificial pode se mostrar a maior invenção da história da civilização ou a pior. Ainda não sabemos se seremos beneficiados ou destruídos por ela.” (Stephen Hawking)



PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2024

TEXTO 1:

Barroso pede a big techs criação de “Chat GPT” para uso jurídico

O ministro também solicitou um programa para o resumo de processos e uma interface única que permita o funcionamento em harmonia dos sistemas judiciais eletrônicos de todos os tribunais.

Nesta terça-feira, 17, em sua primeira sessão como presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso revelou que, em reunião com representantes da Amazon, da Microsoft e do Google, as big techs, apresentou três encomendas, para atendimento pro bono: um programa para o resumo de processos; uma ferramenta semelhante ao Chat GPT, para uso estritamente jurídico; e uma interface única que permita o funcionamento em harmonia dos sistemas judiciais eletrônicos de todos os tribunais.

“Vamos fazer o possível para colaborar com os tribunais. A nossa ideia é de parceria, quero que a magistratura me tenha como um parceiro que está aqui para ajudar cada um de nós a servir, da melhor maneira possível, ao país”, destacou Barroso. “Somos servidores públicos, portanto a minha obsessão é melhorar a qualidade do serviço que prestamos à sociedade brasileira.”

O ministro também anunciou a disponibilidade de investimento de R\$ 28 milhões para o aperfeiçoamento da tecnologia da informação. O montante tem origem em uma cessão orçamentária do TST ao CNJ. “Vamos investir toda a energia possível para ajudar na agilização da Justiça”, disse.

FONTE:

www.migalhas.com.br/quentes/395504/barroso-pede-a-big-techs-criacao-de-chatgpt-para-uso-juridico

TEXTO 2:

O mundo jurídico está atento às possibilidades de uso da IA em suas atividades cotidianas. Há muito se espera que as soluções de IA contribuam para a superação do conhecido problema da morosidade da Justiça, atolada em uma quantidade crescente de demandas, o que somente tende a crescer com a democratização do acesso à Justiça e aumento de litigiosidade na sociedade.

Para os gestores dos serviços de Justiça do país, a IA representa uma oportunidade de desafogar as cortes, permitindo a aplicação mais ágil da justiça. Tal intento nos remete sempre à imagem de uma máquina proferindo decisões no lugar de magistrados de carne e osso, profissionais de carreira, mas não é exatamente a única forma como a IA pode ser utilizada na prestação dos serviços judiciais, por si só complexos e variados.

É sabido que várias rotinas processuais podem ser aprimoradas com o uso da IA, que também pode ser utilizada na construção de decisões que traduzam maior coerência e uniformidade, fortalecendo o sistema jurídico, reduzindo tempos e custos dos processos.

Mas isso não se faz por passe de mágica, nem de maneira imediata, requerendo uma construção cuidadosa, que respeite premissas éticas e principiológicas, e assegurem o direito ao devido processo legal, ao juiz natural e contraditório, pilares constitucionais dos sistemas de Justiça, tudo submetido a um modelo de governança representativo, efetivo e transparente.

FONTE: <http://www.iea.usp.br/eventos/ia-uso-justica>